

OS ASPECTOS TECNOLÓGICOS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS 'JORNADAS DE JUNHO'

Newton Camargo da Silva Cruz¹
Renata Peixoto de Oliveira²

Resumo:

O presente capítulo teve como objetivo analisar as formas de atuação e influência das tecnologias da informação e comunicação nos processos democráticos, com ênfase na organização de movimentos sociais, considerando o seu potencial como um instrumento democrático de acesso e de longo alcance, além de atuar como mediador e viabilizador de diversos movimentos sociais observados nos últimos anos em diversos espaços e movimentos ao redor do mundo. Em termos metodológicos, foi realizado um resgate bibliográfico visando o levantamento e análise da produção científica acerca da democracia e da tecnologia a partir de um protocolo de pesquisa previamente estabelecido, de modo a contextualizar as relações entre as duas grandes áreas supramencionadas. Realizou-se ainda um estudo de caso acerca da organização do movimento 'Jornadas de Junho' no ano de 2013 que, por meio de uma organização mediada essencialmente pelos meios tecnológicos, ganhou ampla projeção em diversas regiões do país, tornando-se um dos maiores movimentos da história recente brasileira. Como resultado, foi identificado o potencial existente nas redes sociais para a organização, difusão, estímulo e comunicação autônoma de movimentos sociais. Nas conclusões finais, apresentam-se as contribuições do trabalho, fundamentalmente a íntima relação entre a tecnologia e os movimentos sociais, as limitações do estudo e demais sugestões para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Tecnologia; Democracia; Redes sociais.

TECHNOLOGICAL ASPECTS IN DEMOCRATIC PROCESSES: A CASE STUDY ON THE 'JORNADAS DE JUNHO'

Abstract:

This chapter aimed to analyze the forms of action and influence of information and communication technologies in democratic processes, with an emphasis on the organization of social movements, considering their potential as a democratic instrument of access and far-reaching, in addition to acting as a mediator and enabler of several social movements observed in recent years in different spaces and movements around the world. In methodological terms, a bibliographic review was carried out aiming to survey and analyze scientific production on democracy and technology based on a previously established research protocol, in order to contextualize the relationships between the two major areas mentioned above. A case study was also carried out on the organization of the 'Jornadas de Junho' movement in 2013 which, through an organization mediated essentially by technological means, gained wide projection in several regions of the country, becoming one of the largest movements in recent Brazilian history. As a result, the potential existing in social networks for the organization, dissemination, stimulation, and autonomous communication of social movements was identified. In the final conclusions, the contributions of the work are presented, fundamentally the intimate relationship between technology and social movements, the limitations of the study and other suggestions for future work.

Keywords: Technology; Democracy; Social media.

¹ Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). <https://orcid.org/0000-0002-0115-9780>. E-mail: newton.cruz@unila.edu.br.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). <https://orcid.org/0000-0001-8850-0138>. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br.

1. Introdução

Especialmente nas últimas décadas, a sociedade tem experienciado avanços significativos dos meios de comunicação e, sobretudo, das tecnologias da informação, que tiveram um crescimento exponencial e claramente expressivo na última década.

A informação que, por vezes, demorava dias para chegar do outro lado do mundo em um passado não tão longínquo, hoje é capaz de chegar em minutos, ou até mesmo segundos, para uma parcela significativa da população mundial por meio deste grande ecossistema digital chamado de internet. Não há dúvidas, portanto, dos avanços promovidos pela internet em diversas vertentes do mundo e da vida, nos negócios, na educação, na saúde, dentre muitos outros aspectos que também inclui, evidentemente, as relações entre as pessoas e os processos democráticos nessa sociedade intitulada por muitos teóricos como 'sociedade da informação', que tem seus processos mediados pela tecnologia, atuando e sendo desenvolvido em rede (MONTEIRO, 2018).

Nesse sentido, tem-se vivenciado e, também, observado movimentos democrático-sociais e manifestações que partem de diversos motivos, pressupostos, cunhos e/ou intenções ao redor do mundo, sendo muitas vezes organizados, divulgados e registrados por meio das tecnologias disponíveis, dessa tecnologia cada vez mais onipresente e ubíqua³, que se encontra em todo local, em toda parte, em qualquer instante.

Observa-se na história democrática recente do Brasil um movimento em particular que capturou a atenção de pessoas de diversos lugares, principalmente pelo grau de sua expressividade e mobilização nacional em torno de uma série de questões socioeconômicas do país: as chamadas 'Jornadas de Junho', um fenômeno ocorrido no ano de 2013 no Brasil que se iniciou pelo coletivo Movimento Passe Livre (MPL) que bradava por reivindicações referentes ao aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, mas que não parou por aí (MACHADO; MISKOLCI, 2019; PEREZ, 2019).

A famosa bandeira de frente do movimento intitulada 'não são só 20 centavos', deu início a um grande movimento social que perdurou durante certo período, indo além das exigências e demandas relacionadas ao aumento da tarifa do transporte público, mobilizando milhões de pessoas em centenas de cidades brasileiras em prol de melhorias necessárias no âmbito político, mas também em uma série de outras vertentes sociais (PEREZ, 2019).

O que chama a atenção (ou difere), entretanto, este movimento social de outros porventura vivenciados pela sociedade brasileira? O protagonismo tecnológico envolvido, assim como seu alcance massivo, não apenas na gestão e organização dos protestos, mas também na difusão das informações e mobilizações, "nas formas como se organizaram" (MACHADO, 2018, p. 9), com a presença de atores dos mais variados segmentos, por meio das mais diversas redes sociais e outras tecnologias existentes, sendo pertinente a análise e o estudo desses processos para a área de conhecimento das ciências sociais.

As relações existentes entre tecnologia e sociedade (que há alguns anos tem sido discutida por grandes intelectuais do nosso tempo, como Pierre Lévy e Manuel Castells), nunca esteve em um momento tão propício para ser analisada e debatida, justamente considerando a conjuntura tecnológico-social que se apresenta não apenas no Brasil, mas

³ Ver mais sobre computação ubíqua em Weiser (1991).

também em diversas nações, com movimentos sociais que acabam por ser mediados pelas tecnologias da informação e comunicação.

Nesse contexto, o presente artigo tem o intuito de contribuir para a área de conhecimento em questão abordando e discutindo as relações e intersecções existentes entre a tecnologia e a sociedade, além das influências dessas tecnologias da informação e comunicação nos processos democráticos do país a partir de um estudo de caso das ‘Jornadas de Junho’, considerando ainda, dentro do marco metodológico do trabalho, uma revisão bibliográfica desses temas de acordo com protocolos previamente estabelecidos, apresentando também outros exemplos de movimentos sociais pelo mundo que foram mediados pelas tecnologias da informação e comunicação.

Para tanto, após esta introdução, tem-se, como seção inicial, o marco teórico-metodológico que fundamenta o presente artigo e descreve os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Na sequência, apresenta-se um panorama da conjuntura política dos últimos momentos do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e o início das primeiras movimentações.

Em seguida, disserta-se acerca dos aparatos e instrumentos tecnológicos presentes na sociedade, suas evoluções e relações com a democracia e os movimentos sociais, perpassando por exemplos em certas partes do mundo, mas com ênfase no movimento intitulado ‘Jornadas de Junho’. Por fim, nas considerações finais, analisam-se as contribuições do trabalho, as suas limitações e sugestões para trabalhos futuros.

2. Marco Teórico-Metodológico: Tecnologia, Movimentos Sociais e Política

O estudo em questão foi conduzido mediante o estabelecimento de um protocolo de pesquisa, que teve sua gênese com um resgate documental-bibliográfico na literatura especializada, além de contemplar um estudo de caso referente ao movimento intitulado ‘Jornadas de Junho’, ainda com base no protocolo supramencionado, utilizando uma abordagem qualitativa e considerando como universo investigativo o conjunto de movimentos sociais que integraram as ‘Jornadas de Junho’.

Nesse contexto, conforme Yin (2001), a metodologia do estudo de caso pode contribuir para a percepção e entendimento de determinados fenômenos, sejam estes políticos, individuais e/ou sociais, preservando assim “as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21), portanto, tal metodologia de pesquisa se encaixa como uma técnica coerente para o que se propõe o referido estudo, inclusive se considerarmos sua aplicação estratégica “ao se examinarem acontecimentos contemporâneos” (YIN, 2001, p. 27).

Vale ressaltar que as fontes e bibliografias utilizadas na coleta de dados deste estudo, recorre, sobretudo, em bases de dados científicas indexadas no âmbito internacional, considerando trabalhos disponíveis na Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de bibliografias presentes no acervo do próprio pesquisador que podem contribuir para a fundamentação do trabalho.

O protocolo de pesquisa utilizado e que subsidiou a escrita deste artigo incluiu buscas no acervo online supramencionado, utilizando como palavra-chave, ‘Jornadas de Junho’,

refinando os resultados encontrados para mostrar apenas resultados do Brasil, artigos apenas em língua portuguesa, período de publicação compreendido entre 2013 e 2020, trabalhos das áreas/coleções das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e somente artigos citáveis, de modo a responder, de que maneira os aspectos tecnológicos do nosso tempo influenciaram nos processos democráticos do movimento intitulado ‘Jornadas de Junho’?

A partir dos critérios de inclusão citados acima, foram apresentados em tela um total de 19 (dezenove) trabalhos. A partir da leitura do resumo destes, foram estabelecidos critérios de exclusão, sendo excluídos da análise, portanto, artigos que contemplavam termos não correlatos com a proposta deste estudo, a saber: “direito à cidade”, “psicologias sociais”, “streamers”, “Programa Mais Médicos”, “platonismo”, “cinema”, “gênero” e “jornadas de maio”.

Após o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão que refinaram os resultados da pesquisa, registrou-se 04 (quatro) trabalhos acadêmico-científicos, todos lidos integralmente com o objetivo de estabelecer categorias e elementos concernentes ao propósito deste artigo conforme apresenta-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e seus respectivos elementos com base nos autores que os trabalham

CATEGORIAS	ELEMENTOS	AUTORES
Tecnologia	O poder das redes sociais e as relações que delas (e nelas) ocorrem;	(MACHADO; MISKOLCI, 2019)
Movimentos sociais	Organização de coletivos;	(PEREZ, 2019)
Política	Conjuntura política nos governos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo de Dilma Rousseff;	(MELO; VAZ, 2018)
	Dimensões democráticas;	(MENDONÇA, 2018)

Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) com base em Machado e Miskolci (2019), Perez (2019), Melo e Vaz (2018) e Mendonça (2018).

A partir dos resultados advindos e delimitação do marco e do arcabouço teórico, procede-se com a análise e discussão referente às categorias e elementos elencados no Quadro 1 nas seções seguintes do presente artigo, buscando a interlocução entre os autores trazidos e os referenciais bibliográficos complementares levantados.

3. A Conjuntura Política dos Últimos Anos do Primeiro Mandato de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff foi eleita presidenta da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pela primeira vez em outubro de 2010, tomando posse no mais alto posto do executivo em primeiro de janeiro de 2011, tornando-se a primeira mulher eleita presidente na história do país ao vencer o tucano José Serra angariando mais de 56% dos votos válidos.

Seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, também do mesmo partido, estava no poder desde 2002, tendo sido aclamado pela opinião pública com altos índices de aprovação além de ser considerado uma figura fundamental para a eleição de sua sucessora.

Apesar da intensa popularidade e de ter obtido excelentes números em áreas fundamentais para a sociedade brasileira, como educação, saúde e economia, as acusações de corrupção exploradas à exaustão pela mídia escrita e falada balançaram as questões políticas na época, despertando sentimentos variados na população brasileira a respeito do governo do Partido dos Trabalhadores que comandava o país há muitos anos.

Tatagiba (2014, citado por Perez, 2019) expõe detalhes referentes à conjuntura política que marcou profundamente o final do primeiro (e início do segundo) mandato da então presidenta Dilma Rousseff: as denúncias de corrupção envolvendo atores do Partido dos Trabalhadores em ocasiões como o Mensalão e a Petrobras, em um primeiro momento, quase custaram a primeira eleição de Dilma, em um segundo momento, a sua própria reeleição e, noutro, voltaram a tona nas manifestações do ano de 2013.

Na intersecção entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff, ocorrem as chamadas ‘Jornadas de Junho’, um movimento democrático e claramente de esquerda (e que será dissertado em profundidade na seção seguinte), que iniciou como um movimento de protesto contra o aumento da tarifa do transporte público da cidade de São Paulo e que, posteriormente, tomou outras proporções, com reivindicação por melhorias sociais no país.

Miguel (2018) revela algumas circunstâncias que, em sua concepção, levaram a uma conjuntura política extrema nos momentos concernentes ao governo Dilma: mudanças na trajetória governamental que vinha desde seu antecessor, provocando tensões com aliados do governo; a frustração da direita ao perder a eleição para Dilma em 2014; e as próprias ‘Jornadas de Junho’, que escancarou ao país uma ruptura entre o PT e parte significativa de seus eleitores (MIGUEL, 2018, p. 99).

Entretanto, tal movimento acabou virando palco e dando espaço para as classes mais abastadas do país de emplacarem suas insatisfações referentes ao governo de Dilma Rousseff, tornando-se uma forma de legitimação (e servindo de base) para o impeachment consumado poucos anos depois (MELO; VAZ, 2018).

Determinadas circunstâncias e/ou atos do governo de Dilma Rousseff em 2013 podem explicar muito bem tais insatisfações dessa parcela significativa da elite brasileira que estavam presentes no protesto: as vagas em universidades públicas para os mais pobres e necessitados, leis de proteção ao trabalho das domésticas e tantos outros que poderiam contribuir para diminuição das desigualdades sociais (MELO; VAZ, 2018), corroborando com Benevides et. al. (2018) que destacam as políticas de inclusão social e aproximação das classes sociais dos governos petistas que levaram o convívio de tais classes com os mais pobres em universidades, restaurantes, aeroportos dentre tantos outros espaços até então exclusivos de uma elite (via de regra branca) que, historicamente, pouco se preocupou com qualquer coisa que não fosse a manutenção de privilégios que há muito tempo são detentoras.

Por outro lado, Melo e Vaz (2018) destacam o crescimento em ascensão e a ótima avaliação do governo Dilma por parte significativa da população nacional no ano de 2013, demonstrando, então, uma polarização política evidente na conjuntura brasileira, inclusive ao considerar o resultado eleitoral no ano seguinte, quando Dilma Rousseff venceu (o também tucano) Aécio Neves por uma diferença ínfima de 3,28% se reelegendo presidenta da república.

Na conjuntura política brasileira que se apresenta, há, portanto, uma crise democrática em ascensão. Mendonça (2018) busca tratar as questões democráticas a partir de diversas dimensões, responsáveis pela estruturação do próprio conceito de democracia, além de serem “elementos importantes na construção de teorias democráticas” (MENDONÇA, 2018, p. 9).

As dimensões trazidas pelo referido autor podem ser compreendidas como o voto popular que legitima o exercício político, a participação cidadã nos acontecimentos políticos e envolvimento com as políticas públicas, o monitoramento e transparência das políticas exercidas, a igualdade e o combate às desigualdades, a pluralidade de ideias, discussões e opiniões e o bem da coletividade (MENDONÇA, 2018).

Em uma pesquisa conduzida por Mendonça (2018) com manifestantes que integraram as ‘Jornadas de Junho’, é notório que a dimensão democrática mais forte é da participação popular, dessa maneira, o clamor das ruas é por uma democracia mais participativa e ativa, revelando insatisfações dos entrevistados quanto à democracia representativa. Há, portanto, uma “crise de representação” (SOUZA; RICHER, 2018, p. 363) em evidência na conjuntura política que se apresenta naquele momento no país.

É nesse sentido que autores como Mounk (2019), Castells (2018) e Levitsky e Ziblatt (2018) reflexionam sobre as rupturas e crises democráticas pelas quais diversas nações, inclusive o Brasil, vivenciaram (e continuam vivenciando), que contribui, de forma significativa, para a ascensão de perfis autoritários nos países, como por exemplo, Donald Trump e Jair Bolsonaro, para citar apenas alguns exemplos mais recentes na história da democracia mundial.

Visivelmente a conjuntura política brasileira está sofrendo modificações pertinentes no âmbito democrático-social, sobretudo no que diz respeito à legitimidade nas questões políticas e o empoderamento cada vez mais forte e evidente dos cidadãos e, conseqüentemente, dos movimentos sociais, capazes de se mobilizar intensamente nos quatro cantos do país bradando por reivindicações por diversos setores, conforme veremos na seção seguinte.

4. As Tecnologias e os Movimentos Sociais

Mounk (2019) comenta que, no passado, reproduzir uma informação era custoso e com alto grau de dificuldade. Geralmente, o compartilhamento de informações ficava na mão de elites sendo, portanto, “comparativamente fácil debelar a dissensão política e a heresia religiosa” (MOUNK, 2019, p. 165). Vale destacar ainda o ganho internacional com a prensa móvel, capaz de disseminar a informação de forma muito mais rápida, produzindo transformações significativas no âmbito da comunicação, difundindo ideias e informações, aumentando o conhecimento e promovendo o crescimento econômico, valendo destacar que “a prensa móvel desempenhou um papel fundamental no renascimento de ideias — e na rápida disseminação da alfabetização — que se testemunhou nos séculos XVI e XVII” (MOUNK, 2019, p. 166).

Mounk (2019) enfatiza ainda a revolução da internet (e porque não dizer da própria computação) para a comunicação mundial. Ou seja, embora a prensa móvel tenha promovido avanços significativos para os processos de comunicação, nada se compara ao potencial de longo alcance da rede mundial de computadores, que acabou transformando expressivamente as estruturas comunicacionais e a velocidade com que dados e informações são transmitidos.

Castells (2013) destaca a característica libertária (e, também, autônoma) da internet. Sua gênese deu-se no ambiente universitário na década de 1970 sendo desenvolvida por *hackers* e especialistas. Foram criados protocolos específicos de comunicação e a sua popularização veio por Tim Berners-Lee com a rede mundial de computadores. Em seguida, há um avanço significativo, no início do século XXI, com mudanças no formato da interação tanto empresarial quanto individual no âmbito da internet, o surgimento de *softwares* de gestão e a própria banda larga, que trouxe consigo inovações como as redes sem fio, além de, evidentemente, as redes sociais (CASTELLS, 2013).

Nesse sentido, o poder da web é perfeitamente bem discorrido por Mounk (2019) ao observar que esta tecnologia contribuiu para o empoderamento do cidadão, permitindo a transmissão de suas opiniões para o mundo por meio de uma comunicação de um-para-muitos, sendo complementado por Castells (2013, p. 15) que compreende o poder da internet (e das redes sem fio) como “comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes”.

Na prática, o poder implícito tanto nas palavras de Castells (2013) quanto nas de Mounk (2019) acerca das potencialidades da *world wide web* como um meio de comunicação democrático para a transmissão da informação de uma pessoa para muitas (ou de muitas para muitas, conforme o caso), se solidifica e se materializa no âmbito das mídias e redes sociais, valendo destacar que:

No Facebook e no Twitter, o post criado por qualquer usuário pode ser rapidamente retransmitido por alguém com quem esse usuário está conectado. Se o conteúdo criado for suficientemente novo ou interessante, até mesmo alguém com poucos contatos é capaz de alcançar um público amplo em questão de minutos [...]. Ao criar uma rede de usuários difusa na qual todo mundo se comunica entre si, as mídias sociais alteraram a dinâmica de distribuição (MOUNK, 2019, p. 168).

Evidencia-se no estudo de Mounk (2019) uma alteração da dinâmica comunicacional proporcionada por essas redes sociais online. O que antes era centralizado em um meio de comunicação comandado por poucos (como uma rede de televisão, uma estação de rádio ou um veículo de jornal impresso) agora passa a ser descentralizado, mais dinâmico e autônomo. Castells (2013, p. 173) é enfático ao afirmar que "a atividade mais importante da internet hoje se dá por meio dos sites de rede social", observando sua utilização em diversas dimensões humanas, como a educação, mídia, saúde, comércio e a política, indo de encontro, portanto, com Mounk (2019).

Em uma tentativa de reconstituir as mobilizações sociais e políticas em torno da Internet, Machado e Miskolci (2019) observam o pioneirismo de determinados grupos da esquerda na mobilização, com alto impacto e alcance público por meio das redes de conexão, citando como exemplo o caso do movimento zapatista que contou com ampla projeção midiática e com apoio de *hackers* e grupos alinhados à esquerda. As manifestações em Seattle, no final da década de 1990 e que tinham como foco um movimento antiglobalização, contribuíram para o surgimento de mídias independentes, que nesse caso específico foram protagonistas e responsáveis pela divulgação em uma rede de comunicação intitulada

Indymedia das imagens produzidas por jornalistas independentes (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Apesar das limitações tecnológicas da época em que essas manifestações anteriormente citadas ocorreram, como por exemplo, a ausência de uma web mais interativa, “uma rede global alternativa para difundir notícias e mobilização parecia algo revolucionário para fazer frente à grande mídia” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 949).

Nesse sentido, evidencia-se uma revolução tecno-midiática iminente e em constante crescimento em nosso tempo. As mídias e redes sociais presentes no mundo contemporâneo acabam por provocar um efeito de empoderamento dos cidadãos perante uma série de questões com as quais se identificam e que, ao mesmo tempo, os unem e os mobilizam.

Tal empoderamento, mobilização e o “potencial democratizante das mídias sociais [...] seu potencial libertador” (MOUNK, 2019, p. 171-173) ficam evidentes em casos como na Malásia, em que cidadãos ativistas valeram-se da internet para denunciar o regime autoritário em que estavam submetidos, assim como as grandes manifestações no Egito, Síria, Tunísia e Líbia que utilizaram as tecnologias da informação e comunicação para criticar governos e organizar os protestos, além de movimentos mais recentes como o *Black Lives Matter* que ocupou massivamente as redes sociais para divulgação de informação em larga escala e organização dos protestos desse movimento social em diversos espaços dos Estados Unidos da América (MOUNK, 2019).

Nesse contexto, Machado e Miskolci (2019) recordam que o advento das redes sociais e da web 2.0 contribuiu expressivamente para grandes manifestações e movimentos sociais no âmbito internacional. A Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*, são claros exemplos do poder do compartilhamento nas redes, da mobilização, “dos algoritmos em atrair a atenção, agregar apoio às causas, induzindo à ação política” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950).

Castells (2013) em sua obra *Redes de Indignação e Esperança* discorre minuciosamente a respeito de muitos desses movimentos sociais supramencionados e destaca, com riqueza de detalhes e informações, acerca da presença da internet e das redes sociais no interior desses movimentos. No caso da revolução na Tunísia, Castells (2013) salienta que a divulgação de vídeos na internet encorajou cidadãos a bradar por uma série de reivindicações. Essas redes de comunicação digitais proporcionaram condições para ocupar os espaços urbanos, criando “um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiriam em outros países” (CASTELLS, 2013, p. 29).

No caso da Tunísia, houve uma conjunção entre redes físicas e digitais (redes sociais), que levaram ao advento do movimento. Portanto, nesse caso, a internet, o ciberativismo (que nas palavras de Silva (2013, p. 55) trata-se o presente termo como o “uso politizado da tecnologia”) e as redes sociais foram condições essenciais para a mobilização dos cidadãos (CASTELLS, 2013).

Ao citar a revolução na Islândia, com início em 2008 emergindo a partir do colapso financeiro regional, Castells (2013) comenta que, após o registro na internet de um protesto contendo poucas pessoas na frente do parlamento do país, milhares de pessoas foram mobilizadas. No caso, “o papel da internet e das redes sociais foi absolutamente fundamental,

em parte porque 94% dos islandeses estão conectados à internet, e 2/3 são usuários do Facebook" (CASTELLS, 2013, p. 39), que culminou na antecipação de eleições tirando do poder partidos conservadores que há anos comandavam o país e, posteriormente, uma revisão na própria constituição.

Nesse sentido, cabe realizar uma comparação pontual e pertinente entre esses dois casos partindo da perspectiva tecnológica envolvida: tanto no caso da Tunísia quanto no caso da Islândia, observa-se que:

[...] telefones celulares e redes sociais da internet desempenharam papel importante no que se refere a difundir imagens e mensagens que mobilizaram pessoas, oferecendo uma plataforma de discussão, convocando à ação, coordenando e organizando os protestos e abastecendo a população em geral de informações e debates. A televisão também teve sua função, mas sempre utilizou a internet e os celulares para se alimentar de imagens e informações (CASTELLS, 2013, p. 48).

Ou seja, os próprios meios de comunicação mais centralizados (como as redes de televisão, no caso relatado acima) valeram-se das informações e meios audiovisuais advindos dos aparatos tecnológicos utilizados *in loco* das manifestações para alimentar suas notícias, o que demonstra também o poder da tecnologia embarcada nos protestos realizados e suas utilizações por diversos atores da sociedade, não apenas os manifestantes.

Retomando mais alguns exemplos pertinentes ao estudo, no caso da revolução no Egito, a viralização de vídeos em redes sociais contribuiu para informar a população, se espalhando por diversas redes, levando milhares às ruas que desejavam a deposição do presidente da época (Mubarak), seu regime, um processo eleitoral democrático e bradavam contra desigualdades (CASTELLS, 2013). As manifestações foram organizadas por meio da rede social *Facebook* essencialmente devido ao fato de que, no ano de 2010, uma percentagem significativa da população do Egito contava com um aparelho celular, além de conexão com a internet em grande parte das residências. Desse modo, vale destacar que:

As redes de mídia social desempenharam, assim, um importante papel na revolução egípcia. Manifestantes registraram os eventos com seus telefones celulares e compartilharam seus vídeos com pessoas do país e do mundo via YouTube e Facebook, coordenavam-se pelo Twitter e usavam blogs para transmitir amplamente suas opiniões e se envolver em debates (CASTELLS, 2013, p. 54).

Ativistas se organizaram pelas redes sociais e divulgaram vídeos que expõem o regime autoritário de violência a qual os manifestantes estavam submetidos (CASTELLS, 2013). O governo do Egito revidou e tentou realizar uma "grande desconexão, cortando o acesso à internet em todo o país, assim como as redes de telefonia celular" (CASTELLS, 2013, p. 57). Tudo em vão e, evidentemente, ineficaz.

Outras tecnologias comunicacionais foram utilizadas (mais tradicionais, como a telefonia fixa) ou via *proxies*, com apoio, inclusive, de outros países e organizações, até mesmo grandes empresas como o Google contribuíram: foi idealizado um software que "convertia automaticamente em tuíte uma mensagem de voz deixada numa secretária eletrônica acessada por telefone fixo" (CASTELLS, 2013, p. 59). Tal exemplo demonstra,

sobretudo, o poder que um algoritmo programado para esse fim tem perante uma sociedade que estava sendo privada de sua conexão por parte do governo.

Na Europa, especificamente na Espanha, tem-se o movimento intitulado 'Indignados', que teve seu surgimento no ano de 2011. Castells (2013) recorda que este movimento também se valeu das redes sociais (sobretudo *Facebook* e *Twitter*) para sua organização e comunicação, sendo que em pouco tempo ganhou centenas de cidades do país ocupando diversos espaços públicos. O movimento denunciava os problemas sociais enfrentados pelo país, com os altos números de desemprego e cortes de recursos em áreas fundamentais para o país.

Ainda nesse contexto, é imprescindível deixar de citar o movimento *Occupy Wall Street*, que teve sua gênese a partir do colapso financeiro americano levando pessoas ao desemprego, perda de renda e residências. Esse movimento, assim como muitos outros movimentos sociais narrados, nasceu em formato digital, por meio de *blogs* e redes sociais como *Twitter* e *Facebook*. As redes foram muito mais do que simplesmente divulgação de atos, elas atuaram como estratégia de comunicação entre acampamentos e ocupações como forma de organização e proteção destes e, também:

[...] mobilizaram apoio suficiente para que as pessoas se reunissem e ocupassem o espaço público, territorializando seu protesto. [...] A maioria dos acampamentos criou seu próprio site, organizou um grupo no Facebook ou ambos. Membros dos comitês da web criaram pontos de acesso nos acampamentos e as pessoas conectaram seus telefones a computadores para permanecer on-line (CASTELLS, 2013, p. 137).

Outra ferramenta importante para este movimento foram as transmissões ao vivo por meio de plataformas compostas deste mecanismo. Em uma série de ocasiões e circunstâncias (como as repressões policiais, por exemplo) em que a mídia tradicional não mostrava, as transmissões ao vivo ajudavam a transmitir e informar a população o que estava acontecendo com os manifestantes (CASTELLS, 2013). Sites que defendiam e estimulavam o movimento foram alvos de ataques, o Anonymous (grupo *hacker* conhecido por se envolver em questões sociais por meio de ciberativismo) ajudou a mantê-lo no ar, além de que os vídeos postados no *YouTube* e em outros canais da internet acerca das mobilizações e manifestações do movimento contribuíram para mobilizar cada vez mais pessoas e atores e cada vez mais cidades (CASTELLS, 2013).

Uma vez mais se nota que a presença expressiva da tecnologia, precisamente da internet e das redes sociais, contribuíram para a difusão e a viralização de um movimento social, mas também essas redes acabam se tornando "um espaço de articulação de grupos, organizações e instituições" (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016, p. 142), o que vai de encontro ao que Castells (2013, p. 132) denomina de "uma nova forma de espaço", um espaço que une o virtual e o real, um espaço que podemos considerar como híbrido, que não se resume somente àquilo que acontece na vida real e nem àquilo que acontece somente no ecossistema virtual, esses dois ambientes se entrelaçam e se complementam em determinada medida e ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais sinérgicos, proativos, autônomos e engajados (CASTELLS, 2013).

A tecnologia aqui se enquadra como um instrumento de emancipação, um novo espaço em que todos podem discutir, refletir e decidir como iguais (BEÇAK; LONGHI, 2015), transportando ações para o mundo real. Há, portanto, nesse contexto, uma visível mudança na forma como percebemos a própria vida humana.

Talvez por uma pequena coincidência, no momento da escrita deste artigo, acontecem as manifestações e protestos em Cuba. Os manifestantes protestam contra o governo, pedem por liberdade, alimentos e melhores condições relacionadas à saúde (sobretudo devido à pandemia da Covid-19). Em uma tentativa de conter os protestos (já considerado um dos maiores dos últimos tempos), o governo cortou a conexão com a internet, impedindo (ou promovendo a instabilidade) de plataformas tecnológicas até então utilizadas, como o *Facebook* e *Whatsapp* (UOL, 2021), aos moldes do que foi realizado no Egito. Mais uma vez, tem-se um exemplo de um movimento organizado por meio da tecnologia e das mídias e redes sociais e, mais uma vez, uma tentativa governamental de cerceamento da liberdade de se organizar e bradar por melhores condições de vida.

No âmbito brasileiro, chegamos ao estudo de caso referente ao movimento intitulado 'Jornadas de Junho' (ou, conforme Perez (2019, p. 580), "Manifestações de 2013, [...], Junho de 2013 ou Revoltas de 2013"). Trata-se de "um ciclo de protestos que se espalharam pelo Brasil" (PEREZ, 2019, p. 578), um "conjunto diverso de atos, protestos e ocupações que ocorreu em dezenas de cidades do país ao longo de junho de 2013" (MENDONÇA, 2018, p. 9).

Com início em 2013 por meio do Movimento Passe Livre (MPL), movimento este que teve sua gênese no ano de 2005 no Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre e caracteriza-se pela sua apartidariade e horizontalidade (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016; MEDEIROS, 2015; ZOCCAL, 2017), os manifestantes protestavam contra o aumento de R\$0,20 no valor da tarifa do transporte público da cidade de São Paulo (MENDONÇA, 2018) reunindo, em um primeiro momento, cerca de duas mil pessoas (ZOCCAL, 2017), com foco, portanto, em questões relacionadas à mobilidade, um direito fundamental a todo e qualquer cidadão.

Composto de diversos coletivos, o movimento acabou se desdobrando em uma organização descentralizada, cuja reivindicação era por melhorias sociais em diversas vertentes (PEREZ, 2019) como por exemplo, "o direito à cidade, o direito de protestar, a defesa radical da democracia, a demanda por serviços públicos de qualidade" (MELO; VAZ, 2018, p. 25), além de demonstrar clara desacreditação na classe política representativa e "descrença partidária" (PEREZ, 2019, p. 586), atraindo, em determinado momento, diversos atores, inclusive da direita, que se apropriaram da mobilização para emplacar suas propostas (MACHADO; MISKOLCI, 2019), corroborando com o que Mendonça (2018, p. 9) observa sobre movimentos posteriores, recordando que as 'Jornadas de Junho' "abriu novas oportunidades de protesto para atores políticos diferentemente situados no espectro político. Isso ajuda a entender os desdobramentos da política brasileira entre 2014 e 2016".

Assim como em outros movimentos sociais pelo mundo, nas 'Jornadas de Junho' não havia liderança estabelecida, nem apoio midiático (no início), e não havia uma organização com o envolvimento de sindicatos ou partidos (CASTELLS, 2013). O movimento, em sua

gênese, vai de encontro a um direito fundamental e universal: a mobilidade, mas que logo se ampliou para demandas relacionadas à "educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi - e é - a defesa da dignidade de cada um" (CASTELLS, 2013, p. 182). Duas semanas após o início do movimento, uma porcentagem significativa da população brasileira manifestava apoio a este, que teve por base (e alicerce) uma comunicação autônoma por meio das conexões de internet (CASTELLS, 2013).

Para melhor compreensão do movimento e de seus desdobramentos, Melo e Vaz (2018) dividem-no, com excelência, em quatro momentos principais. Em um primeiro momento, o foco era o aumento no preço da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. A ideia era impactar as principais vias da cidade para pressionar o poder público, visando a revogação do aumento.

No segundo momento, há uma intensa articulação por meio das redes sociais, chamando a atenção da própria mídia. A tecnologia existente, nesse momento, atua não apenas como mera mediadora e organizadora do movimento, mas também como um instrumento de viralização da ideia em âmbito nacional. A internet, os *blogs*, os grandes veículos de comunicação e as redes registraram diariamente as manifestações e movimentações (MEDEIROS, 2015), ou seja, a informação descentralizada por meio das redes possibilitou que qualquer cidadão integrante do movimento se transformasse em um "agente de divulgação" (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016, p. 156).

Ainda sobre esse segundo momento é pertinente mencionar, ainda conforme Melo e Vaz (2018), o ciberativismo do grupo *hacker* Anonymous Brasil que contribuiu expressivamente na difusão de informações em redes sociais (principalmente em formato audiovisual) a respeito do movimento, intensificando-o em determinada medida.

No terceiro momento, há um aumento expressivo na quantidade de pessoas nas ruas se manifestando não apenas por causas relacionadas ao transporte público, mas a respeito de diversas vertentes sociais. Por fim, no quarto momento, o movimento perde uma parcela de sua força, ainda que haja protestos diários, com manifestações de diversos cunhos (MELO; VAZ, 2018).

No total, o movimento em questão levou milhões de pessoas às ruas em poucas semanas, englobando mais de mil cidades pelo país (MEDEIROS, 2015). Melo e Vaz (2018) aproveitam o ensejo para comparar o movimento com aquele intitulado 'Diretas Já', ocorrido em meados da década de 1980 que também mobilizou milhões de pessoas, porém tal mobilização na casa dos milhões ocorreu em questão de meses, diferenciando das 'Jornadas de Junho' que também mobilizou milhões em menos tempo devido à difusão de informações e convocações mediadas pela tecnologia, fundamentalmente pela utilização das redes sociais disponíveis.

Quanto ao perfil dos manifestantes, uma pesquisa conduzida na época pelo Datafolha demonstrou que 84% não têm partido político, 71% desses eram a primeira vez que participava de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Quanto ao motivo para fazer parte dos atos, 56% eram devido ao aumento do bilhete do transporte municipal, 40% contra a corrupção, 31% contra formas de violência, 27% por melhorias no transporte, 24% contra políticos e 14% pelo direito ao passe livre (UOL, 2013).

O que se observa na pesquisa e acaba corroborando com diversos autores aqui trazidos, é a apatridariedade do movimento, a quantidade de jovens presentes (o que pode explicar muito bem a conectividade do movimento por uma faixa etária, via de regra, altamente conectada nas redes sociais) e a proporção que o movimento tomou ao reunir pessoas sob as mais diversas motivações para estarem ali presentes.

Embora a grande mídia tenha enfatizado os protestos em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, os protestos das ‘Jornadas de Junho’ ocorreram em inúmeras cidades do Brasil, conforme observado por Melo e Vaz (2018). O estudo de Perez (2019) revela que as manifestações que aconteceram em Teresina (PI), que se valeram da rede social *Facebook* para se comunicarem e se organizarem, incluía reivindicações referentes ao “transporte público, sistema de saúde, segurança e infraestrutura” (PEREZ, 2019, p. 581).

É nesse contexto que floresce no âmbito das mídias e redes sociais, perfis que atraem a população para esses ideais, ocasionando "a extrapolação para a vida cotidiana offline de um acirramento das posições que parece espalhar o fenômeno das bolhas de opinião das redes sociais" (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 956), levando às ruas a população descontente não apenas com o governo da então presidenta Dilma Rousseff, mas também “com os 12 anos de governo petista e com os escândalos envolvendo a Petrobras” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 956).

Nesse momento, ganha força a nível nacional os discursos pelo *impeachment* da então presidenta da república, com apoio da grande mídia, de diversos atores da direita, lideranças e, em determinada medida, do aparelho estatal (poder judiciário, por exemplo) (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Uma ruptura democrática está em plena ascensão. Perfis nas redes sociais de atores da direita (e extrema direita) brasileira começam a ganhar popularidade (como Marco Feliciano e Jair Bolsonaro), conforme observa Machado e Miskolci (2019) ao comentarem sobre os milhões de seguidores nas páginas da Internet destes, evidenciando o poder das redes sociais e das centenas de milhares de compartilhamento da informação nestas redes por parte de seus seguidores.

O que se tem, na sequência, é de conhecimento de todos: um duro golpe (que muitos ainda chamam de *impeachment*) não apenas contra uma presidenta eleita democraticamente, mas também e, talvez, sobretudo, um golpe contra a própria democracia. No entanto, o que nos interessa de perto neste estudo acaba não sendo os fins, mas sim os meios: é a relação existente entre as tecnologias da informação e comunicação e os movimentos sociais, que foram dissertadas pelos (as) autores (as) presentes no estudo.

Com a riqueza de exemplos históricos apresentados e a excelência de detalhes expostos acerca de diversos movimentos sociais que se valeram das tecnologias com o objetivo de se organizar, difundir ações e se comunicar, evidencia-se o papel crucial que essas tecnologias (essencialmente as redes sociais virtuais) possuem na mediação de movimentos dessa natureza sendo, por vezes, essenciais para a sua própria sobrevivência.

5. Considerações Finais

O presente artigo centrou-se nas relações existentes entre tecnologia e sociedade, em especial acerca das influências dos aparatos e condições tecnológicas no âmbito dos movimentos sociais, com ênfase no movimento intitulado 'Jornadas de Junho', dadas suas características dimensionais, de abrangência e o protagonismo tecnológico envolvido.

A partir de um protocolo de pesquisa estabelecido buscou-se responder de que maneira os aspectos tecnológicos do nosso tempo influenciaram nos processos democráticos do movimento intitulado 'Jornadas de Junho'? A partir de categorias e seus respectivos elementos elencados advindos do referencial teórico fruto deste protocolo, diversos estudos mostram o poder das redes sociais e da tecnologia, suas vinculações e entrelaçamentos com os movimentos sociais, da organização coletiva, as dimensões democráticas envolvidas e a conjuntura política que desencadeou as manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Estudos levantados demonstram como tecnologia e, especificamente, as redes sociais e a web 2.0, atraíram a atenção de uma sociedade tecnologicamente conectada para a consciência das questões políticas, levando a população do virtual para o real, conduzindo à ação, ou seja, estimulando os cidadãos a saírem às ruas para se manifestar e exigir determinadas condições de vida e, evidentemente, mudanças políticas.

Outros trabalhos compartilham informações precisas e essenciais para esta pesquisa referente às 'Jornadas de Junho', contextualizando seu início com o Movimento Passe Livre, seus desdobramentos posteriores, a diversidade de coletivos envolvidos e a utilização da rede social *Facebook* para organização coletiva de manifestações. Destacou-se também a conjuntura política envolvendo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que está diretamente relacionado com o início das manifestações de 2013, apresentando também dados importantes sobre o movimento 'Jornadas de Junho' e a intensidade promovida nas redes sociais à época.

Por fim, outro estudo advindo do protocolo de pesquisa estabelecido traz à tona uma análise mais aprofundada das jornadas, destacando as dimensões democráticas envolvidas no movimento, enfatizando a dimensão da participação popular como a mais relevante no âmbito do movimento e contribuindo também para dados e informações sobre as jornadas que embasam o presente artigo.

Sugere-se, portanto, que há uma relação estreita entre a tecnologia e os movimentos sociais, sobretudo a partir da análise dos diversos exemplos trazidos pelos autores presentes neste estudo, que são casos em que se demonstra o papel central e de mediação das tecnologias da informação e comunicação no âmbito dos movimentos sociais, sobretudo no que diz respeito ao movimento 'Jornadas de Junho', que teve como suporte de suas ações e organizações a rede social *Facebook*, ou seja, evidencia-se a influência, por vezes decisiva, dos mecanismos e aparatos tecnológicos não apenas nesse movimento social em específico, mas também nos demais citados neste trabalho.

Portanto, o objetivo da presente pesquisa foi alcançado, uma vez que se observa claramente o potencial das tecnologias e redes sociais não apenas para a organização de movimentos sociais, conforme explicitado no caso das 'Jornadas de Junho' e também em manifestações de outros países tão bem percorridas pelos referenciais teóricos aqui trabalhados, mas também na difusão dos atos praticados em plataformas de comunicação de muitos para muitos, a autonomia comunicacional proporcionada pelas redes sociais, seu longo

alcance dada sua inserção em uma sociedade altamente conectada e, conseqüentemente, o estímulo concedido aos cidadãos devido a essa grande comunicação em rede, que os empoderam e os chamam para as ruas.

Este estudo, longe de ser exaustivo, limitou-se às características tecnológicas presentes no movimento social 'Jornadas de Junho'. Entretanto, dada a relevância nacional e internacional do movimento em questão em termos políticos e sociais, é pertinente que estudos futuros abordem essas (e muitas outras) vertentes e perspectivas, pois tendem a contribuir para a ciência e, fundamentalmente, para a área das ciências sociais como um todo.

Referências

BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. O papel das tecnologias da comunicação em manifestações populares: a "Primavera Árabe" e as "Jornadas de Junho" no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Ufsm**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 388-405, 22 out. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1981369420048>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira; MARTINS, Thais Joi; SILVA, Maurício Ferreira da; PASSOS, Ana Quele. Impeachment sem crime é golpe: considerações sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff. In: GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda da (org.). **Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados**. Feira de Santana: Editora Zarte, 2018. p. 6-376.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura A crise da democracia liberal**. São Paulo: Zahar, 2018.

ESPÍRITO SANTO, Maria Ouríveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, J.A.G., ed. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141-167. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218775.0008>. Acesso em: 08 jul. 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Acesso em: 29 maio 2021.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 51, 4 fev. 2015. Disponível em:

derruba-internet-para-evitar-novos-protestos-organizados-por-redes-sociais.shtml. Acesso em: 13 jul. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

WEISER, Mark. **The Computer for the 21st Century**. 1991. Disponível em: https://www.ics.uci.edu/~djp3/classes/2012_09_INF241/papers/Weiser-Computer21Century-SciAm.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

ZOCCAL, Mariana Pinto. Jornadas de Junho de 2013: a cidade como palco dos novos movimentos sociais de protesto brasileiros. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 12, n. 1, p. 317-335, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21207/1983.4225.356>. Acesso em: 06 jul. 2021.